

VI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA XXIV SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA

13 a 17 de Dezembro de 2021

Tema: “Centenário de Paulo Freire: contribuição da divulgação científica e tecnológica em defesa da vida, da cidadania e da educação”

AVANÇOS E RETROCESSOS NAS POLÍTICAS DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL PÓS REFORMA PSIQUIÁTRICA

João Cruz Neto¹, Kely Vanessa Leite Gomes da Silva²

Resumo: Na pós-reforma psiquiátrica o Brasil teve uma nova conjuntura frente as doenças mentais e alguns avanços puderam ser observados a partir desta realidade. O objetivo do estudo foi analisar a produção científica referente aos avanços e retrocessos nas políticas públicas de saúde mental no Brasil após a reforma psiquiátrica. Trata-se de uma revisão narrativa com cunho descritivo. Foram utilizadas duas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online, cruzando-se os descritores: Política Pública, Álcool e outras drogas, Saúde Mental e Transtornos relacionados ao uso de substâncias utilizando o operador booleano AND. Foram incluídos todos os estudos que se relacionassem a temática, sem recorte temporal, obtendo-se uma amostra final de 12 artigos. Uma das primeiras normativas do Ministério da Saúde foi a Lei 10.216/2001 que instituí a política nacional de saúde mental pautada no acolhimento. A portaria 366/2002 implementa os centros de atenção psicossocial em diferentes modalidades atrelados aos princípios do sistema único de saúde. Em 2003, é publicada a política de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas visando desmarginalizar os dependentes químicos. Na portaria 3008/2011 é instituída a rede de atenção psicossocial, marco da saúde mental. Na portaria 131/2012 institui-se as comunidades terapêuticas ainda não incluídas em uma rede de cuidados. Contudo, em 2019 há modificações na política sobre drogas dando aberturas para novas estruturas da rede psicossocial. Em 2020, a nota técnica 11 determina a internação involuntária do paciente com prazo de até 90 dias do pedido de terceiros, antes não observada em território nacional. Além disso, prevê as comunidades terapêuticas como locais alternativos de tratamento, baseando-se subserviência e moralidade, dotada de princípios religiosos com pouca ou nenhuma intervenção médica. Esses locais, são vistos como “pequenos manicômios” e contrapõe a política de redução de danos. Nesse sentido, a imposição da abstinência seria o foco do tratamento. Regulamenta esses serviços a nota técnica 2/2020 da agência nacional de vigilância sanitária. Diante dos processos retrógrados dos últimos anos observa-se que o caráter assistencial prestado aos dependentes de álcool e outras drogas ainda está aquém daquilo que é proposto internacionalmente.

¹ Universidade Regional do Cariri, e-mail: joao.cruz@urca.br

² Universidade Regional do Cariri, e-mail: kely.silva@urca.br

**VI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA
XXIV SEMANA DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA DA URCA**

13 a 17 de Dezembro de 2021

Tema: “Centenário de Paulo Freire: contribuição da divulgação científica e tecnológica em defesa da vida, da cidadania e da educação”

Palavras-chave: Política Pública. Álcool e outras Drogas. Saúde Mental. Transtornos Relacionados ao uso de Substâncias